



ARTIGO ARTICLE

## O avanço neoconservador e a religiosidade no Brasil: Um olhar sobre a ascensão de Bolsonaro e a relativização dos direitos humanos

*El avance neoconservador y la religiosidad en Brasil: Una mirada al ascenso de Bolsonaro y la relativización de los derechos humanos*

*The Neoconservative Advance and Religiosity in Brazil: A Look at the Rise of Bolsonaro and the Relativization of Human Rights*

■ Gerson Pereira Minguta

e-mail: minguta.gerson@icloud.com

■ Pedro Henrique Pereira Nova

e-mail: pedrohpn@gmail.com

■ Vitor Maurício dos Santos Matos

e-mail: vitormatos.ufrj@gmail.com

**Palavras-chave:** neoconservadorismo, necropolítica, bolsonarismo, religiosidade, direitos humanos

**Palabras-clave:** neoconservadorismo, necropolítica, bolsonarismo, religiosidad, derechos humanos

**Keywords:** neoconservatism, necropolitics, Bolsonarismo, religiosity, human rights

### Resumo

Este artigo discute o neoconservadorismo, a religiosidade e os direitos humanos no Brasil, concentrando-se na vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Aborda-se como elementos neoconservadores e religiosos determinaram a agenda política do Brasil, explorando seu papel na construção da plataforma política do presidencialista e como esta impactou os direitos humanos durante a pandemia de covid-19 e questões como gênero, sexualidade e educação. Realizou-se uma revisão crítica da literatura com análise de discursos religiosos. Os resultados destacam a polarização política, o avanço de participação religiosa no processo político e os desafios para os direitos humanos.

### Abstract

This paper discusses neoconservatism, religiosity and human rights in Brazil, focusing on Bolsonaro's victory in the 2018 presidential elections. It addresses how neoconservative and religious elements determined Brazil's political agenda, exploring their role in building the platform presidential candidate's politics and how it impacted on human rights, regarding the coronavirus pandemic period, and on issues such as gender, sexuality and education. A critical review of the literature was carried out with analysis of religious discourses. The results highlight the political polarization, the advance of religious participation in the political process and the challenges for human rights.

## Introdução

O chamado “neoconservadorismo” tem crescido mundialmente nos últimos anos, tendo talvez como principal expoente o trumpismo norte-americano, representado na figura do ex-presidente republicano Donald Trump, e outras figuras, como Matteo Salvini (Itália), Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Viktor Orbán (Turquia), Rodrigo Duterte (Filipinas) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil).

O objetivo deste artigo é discutir os recentes avanços da extrema direita no Brasil, representada pela ascensão de Bolsonaro nas eleições de 2018. Essa vertente política se caracteriza por uma ideologia de cunho reacionário que pretende revigorar na sociedade brasileira pautas de um conservadorismo moral, por meio de uma retórica esteticamente nacionalista e da concretização de um ideal de nação homogeneizador e avesso a grupos tidos como menos hegemônicos. Tal fenômeno tende a transbordar para além da figura individual do agente político, convertendo-se em um movimento conhecido como *bolsonarismo*.

O texto analisa uma das bases sociais desse movimento, no intuito de estudar os elementos que levaram alguns segmentos religiosos, em especial de origem judaico-cristã, a aderir às pautas e à campanha política do que pode ser chamado de “onda conservadora”.

## O Estado e as relações de poder

Democracias em todo o mundo estão passando por um momento crítico, evidenciado não apenas pela crise de representatividade e pela descrença nas instituições (Reynié, 2019) mas, sobretudo, pela ascensão de movimentos de extrema direita ao poder e pela expansão de governos populistas de direita. Tal fenômeno tem gerado fissuras democráticas em maior ou menor grau, explícitas ou veladas, impactando expressivamente as dinâmicas sociais e a garantia dos direitos humanos, em função da construção e manutenção de estruturas de poder.

No *Dicionário Oxford de filosofia*, a palavra poder, na esfera social, é definida como a capacidade de um indivíduo ou instituição “conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência” (Blackburn, 1997, p. 301). O verbete continua: “O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado” (Blackburn, 1997, p. 301). Já para Foucault (2010, p. 15), “poder é essencialmente o que reprime. É o que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos”. Sendo assim, age diretamente nos corpos, direta ou indiretamente:

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto, continuar a ser de ordem física (Foucault, 2014, p. 29).

Como expressão de poder e da onda conservadora, o bolsonarismo se enquadra em um revigoramento do campo conservador por meio da mobilização de argumentos filosóficos, sociológicos e religiosos que, em nome de uma pretensa moralidade, colocam-no em oposição aos diversos avanços sociais conquistados nos últimos anos. Segundo Cunha (2014), tal movimento seria a reafirmação de antigas bandeiras conservadoras, agora com uma nova roupagem, adaptadas ao contexto atual e pressupondo um novo termo: *neoconservadorismo*.

Bobbio (2000) expõe que a direita clássica poderia ser caracterizada pelas pautas individuais, notadamente da propriedade privada e da livre iniciativa, apoiando-se no “sagrado” (religioso), na nobreza, na tradição, na ordem, no militarismo e na defesa da segurança nacional. Conforme Galleti e Inocêncio (2021), essa direita repaginada intensifica tais pautas por meio de processos de intolerância étnica, cultural e sexual como maneira de fixar seu ideário.

Dentre os inúmeros eleitos por essa “nova direita” para cargos no Legislativo e no Executivo, figuram indivíduos que publicamente se posicionam contrários a agendas e bandeiras relacionadas aos direitos sociais. A eliminação ou redução de direitos sociais não constitui fato novo, haja vista que é elemento fundamental da consolidação do neoliberalismo e do Estado mínimo, motivo pelo qual a retirada de direitos tem sido implantada gradualmente desde a reestruturação produtiva da década de 1970 e, sobretudo, na implementação do neoliberalismo nas duas décadas seguintes (Anderson, 1995). Para entendermos o jogo de disputas na materialidade do Estado, por mais contraditório que pareça, temos, em Poulantzas (1985), a lição de que o Estado não é unitário: seu poder está disperso em cada um de seus ramos e é exercido pela fração mais hegemônica ou pela aliança de várias frações contra outra ou outras. Essa ideia é de suma importância, pois é essa disputa que torna possível sua função de organização.

A globalização neoliberal e a crise das democracias se refletem em desequilíbrios nas relações de poder, ampliando desigualdades de classe e assimetrias sociais, bem como privando populações dos direitos humanos e demais bens da cidadania. Para Malaguti Batista (2003), a coalizão conservadora, representante de um projeto hegemônico global, utiliza-se de aparatos ideológicos que difundem o caos e o medo como forma de se colocar como a única opção possível para a vitória do bem contra o mal. Contudo, esse mal, esse medo, “tem sido trabalhado a cada ameaça de chegada ao poder pelas forças populares” (Batista, 2003, p. 19). Como mostra a autora, a hegemonia conservadora difunde o medo para justificar políticas autoritárias de controle social, colocando-se como “ordem” diante do “caos”. Justifica-se, assim, a ação contra as classes entendidas como perigosas, não hegemônicas — seja o judeu na Alemanha nazista, o imigrante na Europa contemporânea ou o pobre e preto no Brasil.

A diversidade é inerente às democracias contemporâneas e, por isso, torna-se grande fonte de conflitos. Esses, por vezes, escapam em muito ao espaço das ideias, ganhando a forma de discursos de ódio, xenofobia, políticas de exclusão e arena para fundamentalismos e extremismos. A visão de mundo dos direitistas radicais tende a se aproximar de uma

lógica policial, podendo inclusive sufocar a política, uma vez que “a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal” (Batista, 2003, p. 33). A prática de vigilância moral, a intolerância, a indisposição ao diálogo, o pensamento maniqueísta que divide a sociedade em bem e mal, a ideia do social como desordem e o uso de estratégias de homogeneização de comportamentos são reflexos dessa lógica policial, restringindo as liberdades de ação e a pluralidade dos indivíduos, gerando opressão e, por consequência, suprimindo a política (Rancière, 1996).

Para Foucault (2014, p. 135, tais métodos podem ser nomeados se caracterizados como aqueles que permitam “o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. São, assim, chamados de *disciplina*. Disciplina e violência são ferramentas essenciais para a estabilização das relações sociais de dominação. Quando a subordinação não é alcançada por meio de sutis mecanismos de poder, é necessário que a violência entre em cena. Wacquant (2011) mostra que as atuais experiências sociais se refletem na figura do “Estado como organização coletiva da violência, visando à manutenção da ordem estabelecida e na submissão dos dominados” (p. 109). Esse processo deve ser justificado com a criação de estados excepcionais que admitam a supressão dos direitos e das garantias fundamentais, legitimando sua violação frontal, seja pela restrição da liberdade ou pelo descarte de vidas. Ou seja:

por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (Agamben, 2004, p. 33).

A experiência — para alguns exitosa, para outros desastrosa — de ascensão da extrema direita no Brasil, na segunda década deste século, tornou-se mundialmente conhecida. Diferentemente do velho fascismo italiano ou do nazismo alemão e seu vislumbre da glória de um Terceiro Reich, a extrema direita se insere como reação às crises e frustrações econômicas, à perda de perspectiva de futuro, ao medo e à insegurança social (Prezowski, 2019). No caso brasileiro, o histórico de desigualdades raciais e de gênero, as violências e violações de direitos humanos naturalizados no imaginário social e a ausência de uma oposição capaz de assumir essas ansiedades existenciais formaram terreno fértil para sucessivos triunfos eleitorais de uma ideologia reacionária.

Há quem, de forma legítima, questione a frutificação desses ideais na sociedade brasileira, marcada por desigualdades de toda sorte. Questiona-se como, em um contexto de latente relativização de direitos humanos, se tratando de uma sociedade racializada, generificada e com outras tantas características motivadoras daquela relativização, as pessoas que a compõem absorvam ideias neoconservadoras/reacionárias.

Esse fenômeno pode ser explicado, em parte, pelos sentimentos causados pelas próprias desigualdades, como vergonha, humilhação, cólera, resignação. Segundo Dubet (2020, pp. 68-69), nas sociedades modernas é possível identificar uma “onipresença do sentimento de desprezo, a impressão de ser invisível ou de não ser visto como se é”. Ainda segundo o autor,

as “pequenas” desigualdades se revelam nas palavras, nos gestos, nos olhares; elas *põem em questão a dignidade e o valor das pessoas*. É o desprezo dos “grandes”, do presidente da república e dos homens políticos, o das mídias, dos intelectuais, da esquerda caviar, de todos aqueles que desprezam as pessoas comuns e as aprisionam em clichês degradantes. (Dubet, 2020, p. 69, *grifos nossos*).

Um povo que se sente, em sua maioria, desconsiderado, desprestigiado e desprezado pela sua classe política e que, ainda que se identifique com um ou outro político ou partido, se percebe igualmente ignorado, encontra-se diuturnamente ansioso por uma representação que se mostre igual a ele, “gente da gente”, participante legítimo do povo. Um Jesus Cristo, simbolicamente falando. Um messias.

### **A política e a influência da religião na ascensão da extrema direita**

As relações entre religião e política perpassam a própria história da humanidade. Por meio da difusão do medo, pôde-se explicar a “ação persecutória conduzida pelo poder político-religioso”, que tem alcance moral e adota como estratégia alinhar e disciplinar as populações (Batista, 2003, p. 45). Embora o advento da modernidade configure um momento emblemático na separação entre Igreja (poder religioso) e Estado (poder político), passando a distinguir “religião” e “ciência” — com a primeira sendo associada às “tradições” e a segunda, em contraponto, à produção de “verdades” (Giumbelli, 2004) —, na prática não é possível afirmarmos que tal ruptura se deu de forma tão orgânica.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabeleceu a laicidade do Estado. Contudo, desde 2010, com o avanço crescente do pensamento conservador, é possível constatar o fortalecimento de uma “direita cristã”. Os cristãos eram 15% da população residente no Brasil em 2000 e chegaram a 22% em 2010, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Somavam 29% em 2016, segundo o Datafolha e, se seguirem o ritmo de expansão de 1991 a 2010, serão 40% em 2036 (ver Barrocal, 22/07/2019).

Vale lembrar que Marx (2011), ao discorrer sobre o cenário francês no século XIX, expôs-se que, em contrariedade à classe proletária, aos anarquistas, socialistas e comunistas, os representantes da ordem salvariam a sociedade de seus “inimigos”, tendo como lema a propriedade, a família, a religião e a ordem.

É importante ressaltar que, embora o Estado seja laico, uma democracia representativa pressupõe que os representantes das mais diversas religiões, na condição de indivíduos singulares, têm o direito de lançarem candidaturas na vida pública. A função social que a religião tem na sociedade é indiscutível, mas isso não deveria ser fundamento para

o exercício de sua função política. A união entre Estado e Igreja afronta a Constituição, podendo ameaçar o pluralismo e a diversidade e negar a possibilidade de igualdade e liberdade no âmbito público.

Partindo da importância atribuída por Gramsci (2016) às religiões, torna-se inevitável apontar de forma mais direta as possibilidades da Igreja como formadora de consenso. O autor aborda a ideologia como uma concepção de mundo dispersa em todas as camadas sociais e em todas as manifestações e campos da vida dos indivíduos, sobretudo nos aparelhos ideológicos. Para Gramsci, a ideologia seria um instrumento para potencializar as ideias, sendo utilizada pela classe dirigente como instrumento de domínio. Caberia aos “intelectuais orgânicos”, considerados os responsáveis por intervir em determinados grupos sociais, a missão de difusão dessa ideologia. Ainda segundo o autor, todas as pessoas, mesmo aquelas com atividades mais simples no sistema, são consideradas intelectuais, uma vez que toda atividade exige um mínimo de qualificação técnica.

Quais são os limites “máximos” da acepção de “intelectual”? Seria possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas atividades intelectuais e distingui-las dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que nos parece, consiste em se ter buscado esse critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual essas atividades — e, portanto, os grupos que as personificam — se encontram, no conjunto geral das relações sociais (Gramsci, 2016, pp. 6-7).

Sinteticamente, Gramsci define o intelectual como aquele que mesmo

fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui, assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (Gramsci, 2016, pp. 7-8)

Sendo os “intelectuais orgânicos” considerados funcionários da superestrutura, seu papel é manter a coesão entre a estrutura e a superestrutura<sup>1</sup>, com alicerce na sociedade civil e política, com o objetivo de consolidar a hegemonia da classe dominante.

Apesar de as eleições serem aparentemente isonômicas e imparciais, em países marcados por profundas desigualdades, como o Brasil, as distorções também se refletem nos pleitos, com o acesso aos espaços de poder público sendo quase restrito às religiões majoritárias ou à mesma elite dominante. A dificuldade de participação de grupos religiosos marginalizados no poder público é mais uma forma de ilustrar a concentração de privilégios e a estratificação social. A ideia de que a democracia é o governo da maioria nem sempre é ou deve ser verdade. Os direitos humanos, direitos fundamentais, devem ser considerados pela legislação de uma nação e garantidos a todos os indivíduos. No caso

---

<sup>1</sup> Estrutura e superestrutura são conceitos teóricos desenvolvidos por Marx, que compara a sociedade a um edifício. As fundações seriam a infraestrutura, representada pelas forças econômicas, e o edifício em si seria a superestrutura, representada pelas ideias, costumes e instituições.

das minorias ou dos grupos não hegemônicos, especialmente, é importante salientar que se trata de grupos já discriminados e tratados de modo desigual pela parte majoritária ou hegemônica da sociedade.

(...) o princípio da igualdade é o norte orientador da política pública, ao passo que deve favorecer a toda a comunidade, não se esquecendo do papel da democracia. Isso se faz necessário salientar, em razão de que, sem dúvida, nas sociedades contemporâneas, o chamado Estado Social passou a atender mais os interesses de determinados grupos e categorias, esquecendo-se, por assim dizer, de grupos (minorias) carentes, as que são desprovidas de forças políticas e jurídicas em meio à guerra social, ficando assim, excluídas do processo democrático (Hamel, 2014, p. 114).

Tendo em vista a grande diversidade étnica, cultural e social que marca a nação brasileira, grupos sociais não hegemônicos são alijados dos processos de tomada de decisões, colocando em xeque a própria ideia de representatividade. Pode-se considerar, então, que um representante político que propaga o ódio com base em suas crenças religiosas, desse modo, declara a falência do Estado laico e dos princípios constitucionais que o garantem, retrocedendo à era do autoritarismo.

#### ***Valores e boatos que conduziram os religiosos ao bolsonarismo: a construção do 'cidadão de bem'***

As eleições de 2018 confirmaram um prognóstico de diversos analistas políticos do Brasil em relação à ascensão das direitas (Giroto Neto, 2020). O país, assim como a Áustria, os EUA e a Turquia, atravessava uma onda conservadora e experimentava o revigoramento de uma ideologia política reacionária pautada em um conservadorismo moral, em uma retórica nacionalista e na defesa de um ideal de nação homogeneizador e avesso às minorias. Entre os inúmeros eleitos para cargos no Legislativo e no Executivo, figuravam indivíduos que publicamente se posicionavam contrários a agendas e bandeiras relacionadas aos direitos humanos.

Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo, usou suas redes sociais para dar corpo à tese do "marxismo cultural"<sup>2</sup>, que funde o anticomunismo tradicional com o pânico moral relacionado à dissolução dos papéis de gênero convencionais. Ele foi um dos responsáveis pela grande adesão dos simpatizantes de posturas bélicas, ofensivas e de demonização de opostos, em especial as esquerdas:

seus principais traços [do bolsonarismo] seriam: descrença nas instituições democráticas, justificadas pela venalidade e corrupção generalizadas; revanchismo diante das políticas públicas de redução da desigualdade, amparadas na ideologia meritocrática; ideal autoritário associado ao papel repressivo do Estado, que deve estar a serviço da defesa dos valores religiosos e familiares, intensificado no discurso nós contra eles tão caro aos populismos (Giroto Neto, 2020, p. 40).

---

<sup>2</sup> Ideia segundo a qual uma elite de teóricos marxistas estaria tentando subverter a sociedade ocidental com uma guerra cultural que mina os valores cristãos e o conservadorismo tradicionalista.

A fórmula alcançou o imaginário religioso de que o “o Brasil será do Senhor Jesus”, contra os supostos inimigos das famílias e das religiões, em especial a judaica (Gherman, 2020) e as evangélicas, com 2,5 vezes<sup>3</sup> mais propensão que as católicas. Os inimigos elegidos foram as feministas, a população LGBTI+, os defensores de direitos humanos e as esquerdas comunistas.

O ressentimento em relação às instituições pluralistas, com os procedimentos e valores que caracterizam a democracia liberal, seriam, pois, um elemento determinante para incentivar a oferta de discursos radicais que flertam com o autoritarismo. Diante da falência de partidos, sindicatos e líderes políticos tradicionais, progressivamente deslocados para o centro ideológico, a direita apresentou-se como capaz de romper com esse cartel em nome dos reais interesses do *povo*, apresentado como totalidade boa e homogênea — os *cidadãos de bem* —, a partir de discursos maniqueístas contra uma elite corrupta que o ameaça (Hawkins e Kaltwasser, 2018, p. 2).

Esses seriam os primeiros indícios de uma bolsonarização maciça nas igrejas cristãs. Posteriormente, esse movimento evidenciaria múltiplos exemplos de declaração de fidelidade, obscurantismo e incorporação de símbolos do bolsonarismo — armas, nacionalismo exacerbado e gestos militares — em mescla com símbolos religiosos — bandeira de Israel, referências indicativas ao céu —, podendo ser caracterizado como uma espécie de fanatismo. Por exemplo, o batismo de Bolsonaro no rio Jordão (Figura 1), tido como primeiro sinal de aproximação de um católico declarado aos nichos evangélicos e a declaração de mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, angariando a simpatia judaica e evangélica. Bem como, a participação de seu adversário nas eleições presidenciais Fernando Haddad em uma missa católica (Figura 2), servindo, também, como exemplo de como Bolsonaro pautou seus adversários ao se aproximarem da religião e se exporem em cultos católicos.

Figura 1:

Batismo de Jair Bolsonaro no rio Jordão, em Israel, em maio de 2016.

Fonte: *El País* (23/10/2018).



<sup>3</sup> Ver os dados da pesquisa do Ibope divulgada em 11 de setembro de 2018 (Oliveira, 27/10/2018).

**Figura 2:**

O presidente do PT, Fernando Haddad, sua esposa, Ana Estela, e sua vice, Manuela d'Ávila, em missa no Dia de Nossa Senhora Aparecida.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 2018.



Em pesquisa realizada pelo Datafolha (Machado e Franco, 23/10/2018) na semana das eleições presidenciais de 2018, 71% dos cristãos evangélicos declararam voto em Jair Bolsonaro no segundo turno. Ele venceria com larga vantagem em todos os subgrupos — evangélicos tradicionais, pentecostais, neopentecostais e outros. Muito disso se deu em função de um discurso moral que conseguiu colar no candidato Fernando Haddad (PT) a imagem de um governo que ensinaria sexo nas escolas e estimularia a homossexualidade. De forma paradoxal, o representante da pauta conservadora de direita aliou-se com matrizes religiosas judaicas e cristãs minoritárias para a consolidação de um “chamado sagrado” e ideológico de luta contra o mal. Pode-se entender que a aliança entre igrejas cristãs e o bolsonarismo para a implementação de um governo autoritário, de características neofascistas e ultraliberais, resultou em um “cristofascismo” (Py, 2020).

Para isso, diversas *fake news* (notícias falsas) sobre o petista foram disseminadas, como o seu material contra a homofobia de quando era ministro da Educação, apelidado por opositores de *kit gay*. Essa cartilha, no entanto, sequer chegou a ser enviada aos profissionais de educação ou às escolas. Em consonância com esse discurso, existiram conspirações mundiais de personalidades “junto à promiscuidade sexual e cultivo de drogas nas universidades públicas” (Giroto Neto, 2020, p. 38). Alinhando-se à extrema direita de outros países do mundo, Bolsonaro e seus apoiadores costumavam verbalizar o medo causado pelos desafios às hierarquias sociais vigentes, como as questões de raça e gênero. Em particular, a visibilidade cada vez maior de pauta dos movimentos feministas e LGBTI+, que, em sua concepção, coloca a “família” em risco — por “família”, se entenderia o arranjo tradicional, heteronormativo e fundado no patriarcado. Ou ainda a ideia de que uma “ditadura gay” estaria em andamento. Essa agenda se cristalizou no debate público, sendo caracterizada por sua denúncia da “ideologia de gênero” (Miguel, 2021).

Bourdieu (2004) mostrou como o poder simbólico é uma forma sutil de dominação, que exige maior esforço para sua compreensão e depende de certo grau de cumplicidade, por vezes involuntária, entre dominador e dominados no campo social. A velocidade do trânsito de informações na internet possibilita que as *fakes news* tenham um impacto considerável na vida social, influenciando o consumo de produtos e serviços e a imagem de pessoas e instituições, sendo mobilizadas como ferramentas nas disputas políticas. As *fakes news*, geralmente acompanhadas por discursos de ódio, se fizeram presentes nas eleições de 2018 e ilustram bem essa forma simbólica de exercício de poder. Por conta da magnitude desse fenômeno social, foi cunhada a expressão “pós-verdade”, que, ao direcionar ataques a pessoas ou instituições que desagradam ou questionam seus divulgadores, forma um ciclo vicioso em que as mais prejudicadas são a liberdade de expressão e a dignidade humana, transformando-se assim em um grave risco à democracia.

As *fakes news* contribuíram também para a construção da imagem de Bolsonaro como um *outsider*, substituindo a ideia de que ele era um representante da “velha política”, condenada por ele mesmo em sua campanha. Bolsonaro conseguiu convencer seus eleitores de que era um amigo do povo e precisava de ajuda para enfrentar um “inimigo” comum: a “classe política”. Essa incluía parlamentares e governadores de oposição, membros do Judiciário, a grande imprensa, os movimentos sociais, organizações do campo progressista e todos que a ele se opuseram. Teve lugar, assim, uma ressignificação dos direitos humanos, que deixaram de ser concebidos como um projeto universal, passando a ser metrificadas em função de critérios de merecimento. Nessa lógica, os direitos humanos caberiam apenas aos “humanos direitos” — isto é, aos *cidadãos de bem*.

Mas quem são esses, cada vez mais presentes no debate público brasileiro? Como se deu a necessidade de adjetivar moralmente o *status* de cidadania e quais são as implicações sociais e políticas desse discurso?

Para responder essas perguntas, é preciso considerar a construção do imaginário do *cidadão de bem* como um tipo de estratégia discursiva ideológica (Montero, 1994) que expressa uma patologia da sociedade brasileira. O uso desse termo na sociedade brasileira teve uma maior difusão na segunda metade do século XX e no início do século XXI, principalmente por influência das mídias digitais. Nesse período, os anseios de efetivação de direitos de cidadania que foram prometidos na Constituição Federal de 1988 contribuíram para o surgimento da figura do sujeito de direitos e da ideia de que toda pessoa é um cidadão que pode reivindicar no espaço público seu reconhecimento como tal.

Santos (2012) mostra como, a partir dos anos 2000, o *trabalhador honesto* foi sendo substituído pelo *cidadão de bem*. Com isso, a distância entre trabalhadores explorados, a classe média privilegiada e o patronato foi diluída no imaginário social. Com exceção dos considerados “vagabundos” e “bandidos”, todos agora podem se identificar com essa categoria homogeneizante. Nesse contexto, a figura do *cidadão de bem* passou a operar no plano discursivo como delimitador moral de relações objetivas de segregação social e de violências policiais (Azevedo *et al.*, 2017). Isso também é evidenciado em uma maior naturalização da violência e humilhação praticadas contra corpos de jovens negros e periféricos (Azevedo *et al.*, 2017; Barbosa e Sá, 2015; Silva e Huning, 2015).

Os efeitos da consolidação desse ideal se tornam cada vez mais explícitos no que diz respeito à forma de articulação com a universalização dos direitos humanos. A ideia de mundo dicotômico, onde os religiosos seriam “tal como o ‘sal da terra’ e a ‘luz do mundo’” (Mateus 5:13-16)<sup>4</sup>, não apenas ajuda a explicar a opção de grande parte dos cristãos pelo bolsonarismo, mas acrescenta ainda a questão religiosa no ideal do *cidadão de bem*. Esse maniqueísmo protestante que coloca a igreja contra o mundo, que sacraliza os de dentro e demoniza os de fora, é terreno fértil para a propagação de discursos morais que foram combustíveis da campanha bolsonarista.

### **A gestão da pandemia no Brasil e a necropolítica**

Passado o período eleitoral, a aceleração de políticas ultraconservadoras e ultraliberais deram a tônica do governo de Bolsonaro. Sistemáticos cortes e privatizações nas áreas da saúde, previdência e assistência social comprometeram consideravelmente o processo de universalização de direitos fundamentais. Embora os contrastes sociais do Brasil não tenham surgido nesse governo, é importante salientar que o presidente eleito não conseguiu alcançar as projeções de rápida recuperação da economia feitas por grupos que o apoiavam.

Em março de 2020, quando o mundo começava a enfrentar a pandemia de covid-19, ações e omissões do chefe do Planalto evidenciaram-se como expressão de uma política de morte. De acordo com Mbembe (2016), em sua obra que aborda a relação entre política, poder e violência, o poder estatal exerce o controle e a disciplina sobre a vida e a morte, produzindo formas de matar e deixar morrer e caracterizando uma *necropolítica*.

O novo coronavírus levou a mudança de hábitos nas relações interpessoais em todo o mundo. Diversos governos implementaram medidas para a redução de seus impactos, sendo o isolamento social um dos mais comuns, com respaldo da Organização Mundial de Saúde (OMS). Na contramão de diversas autoridades internacionais, e diante do aumento do número de casos de covid-19 no país, Bolsonaro passou a adotar um discurso negacionista, minimizando os riscos da doença. Por serem pontos focais de autoridade e referência, discursos e visões do presidente da República, bem como de líderes religiosos com grande projeção midiática, influenciaram a opinião pública. Em tempos de grandes incertezas em relação ao futuro, a fé se tornou uma grande ferramenta para a (re)produção desses discursos.

O incômodo com as medidas sanitárias de governos estaduais e municipais que impediam as igrejas de realizar atividades com aglomerações em público foi grande. Para entendermos o papel das igrejas no contexto da pandemia, é preciso falar sobre os seus impactos em seu cotidiano. A crise sanitária impactou diretamente as relações tradicionais da igreja: culto e presença. As contas das igrejas, no entanto, não pararam de chegar, e isso foi enfatizado por bispos e pastores em suas redes sociais, em *lives* e cultos gravados. “Continuamos pagando milhares de aluguéis, de parcelas de imóveis adquiridos, de

---

<sup>4</sup> Ver *Bíblia Sagrada* (2023).

funcionários” (Moratelli, 08/02/2024), lamentou Valdemiro Santiago, fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, em um culto. Outro grande apoiador do bolsonarismo, o pastor Silas Malafaia, usou seu perfil em uma rede social para encorajar as pessoas a irem à igreja. “Repita essa oração comigo: ‘Que esse vírus seja destruído da nossa nação pelo poder do nome de Jesus. Nós te pedimos que esse vírus não consiga fazer desgraça no nosso país’”, pregava.

Para o sociólogo Clemir Fernandes (DW, 02/04/2020), a demonização do isolamento social por líderes evangélicos é apenas faro para os negócios, assim como para diversos outros que se manifestaram contrários ao isolamento e fechamento de lojas: “Eles não querem abrir mão de seus lucros e crescimentos, Silas Malafaia é um empresário da religião, que, junto com esses outros empresários, defende os seus interesses”. Severo (2020) aponta que esses empresários, que minimizaram a realidade da doença, estavam protegidos em casa enquanto exigiam que os trabalhadores seguissem suas atividades para que a economia não parasse. A frase que circulava em meio aos apoiadores do fim do isolamento era: “os fortes vão trabalhar, e os fracos, ficam em casa” (Dino, 2020, p. 65).

O uso do conceito de necropolítica é uma interessante ferramenta para a compreensão da pandemia e seus efeitos no Brasil, pois expõe problemas históricos que vão além do âmbito da saúde. Apesar de o país ser considerado multiétnico, sua história evidencia uma estrutura racista que subjugou e circunscreve o corpo negro às margens das políticas públicas. O impacto da pandemia nos diferentes estratos sociais é extremamente diferente. A redução dos efeitos do novo coronavírus supunha a realização de medidas sanitárias de higiene, mas como equacionar a realidade de casas que sofrem com falta de saneamento básico, água e sabão? A desigualdade estrutural do Brasil ampliou os efeitos do vírus de tal modo que a biopolítica “do viver” não contemplou os mais vulneráveis, deixando-os “para morrer”. Não se pode deixar de notar que a pandemia foi inscrita em um projeto de estado de exceção, sobretudo ao possibilitar o *não direito*.

Destarte, o sacrifício das classes subalternas é condição necessária para a manutenção da engrenagem capitalista. A classe trabalhadora é o meio de enriquecimento da classe burguesa, sendo de fundamental importância que não pare suas atividades. Trabalhadores são tratados como facilmente substituíveis em caso de necessidade; no capitalismo, seus corpos não têm valor e o Estado, por meio do poder soberano, tem o poder de exercer seu poder para que a economia não pare, ainda que isso acarrete um grande número de mortes.

Internamente, o necropoder se capilariza no território nacional, marcando nossa colonialidade. Seus operadores estão na Presidência da República e nas ruas, de máscaras, em seus SUVs e sedans de luxo, “exigindo a reabertura do comércio e que os trabalhadores voltem a seus postos. A preocupação deles é a quebra da economia, algo que vale muito mais que as vidas tão pouco valiosas daqueles que estão mais suscetíveis ao vírus”. (Silva e Gonçalves, 2020, p. 7).

Sendo assim, na pandemia, Bolsonaro conduziu uma política intimamente ligada ao extermínio dos corpos, majoritariamente corpos negros periféricos, que são objeto de uma necropolítica “de deixar e fazer morrer” pautada em uma lógica racista. Nessa lógica,

cabe ao *cidadão de bem*, instrumento ideológico, o poder de determinar e categorizar as vidas que devem ou não continuar existindo. O problema do espraio do novo coronavírus foi somado à postura antidemocrática de Bolsonaro e acrescido de um discurso economicista, tornando-se uma justificativa para a explícita permissão de uma “política da morte” eugênica.

Um relatório produzido pela Anistia Internacional (Ortega, 27/09/2021) aponta 32 violações de direitos humanos ligadas ao governo Bolsonaro. “O governo federal descumpra seu papel de garantir e facilitar acesso aos direitos humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a moradia”, diz a entidade. Intitulado *1000 dias sem direitos – as violações do governo Bolsonaro*, o relatório evidencia uma “má gestão e omissão” do chefe do Planalto e mostra os impactos de diferentes condutas envolvendo questões como a gestão da pandemia, os frequentes ataques à imprensa, as ameaças ao Estado de direito e violações de direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais (Ortega, 27/09/2021).

Os fatores histórico-sociais que contribuíram para o surgimento do bolsonarismo não permitem perder de vista a dinâmica dialética de confronto e mudança de rumo em sentido muito contrário ao que se espera para o Brasil: a continuidade, a preservação e o aprimoramento do Estado democrático de direito, para que sejam retomados nas interações entre Estado e sociedade os caminhos que possibilitam a construção de um país mais justo, fraterno e sem preconceitos.

## Conclusão

Os desdobramentos das eleições de 2018 no Brasil abriram diversas cicatrizes sociais e dividiram o país em dois polos, direita e esquerda, associados, respectivamente, a partir daquele contexto, ao bolsonarismo e a qualquer expressão divergente dessa cultura política. As eleições refletiram um complexo processo de construção do fenômeno bolsonarista.

Este artigo buscou evidenciar que, embora o Brasil tenha deixado de ser oficialmente um país religioso, o cristianismo continua predominante e, diferentemente de outros períodos de nossa história, os cristãos pentecostais estão crescendo de forma substancial, ocupando cada vez mais a esfera pública. Da mesma forma, buscou contribuir para a análise de um dos grupos que compõem o bolsonarismo: os neopentecostais. Estes, embora com algumas divergências, não apenas apoiaram Bolsonaro, mas fizeram alianças políticas sob o pretexto de que ele teria mais capacidade para promover a estabilidade do Estado em meio às tensões sociais, uma vez que se construiu o imaginário de que qualquer outra opção se oporia aos valores da família, moral e bons costumes.

A pandemia de covid-19 escancarou o abismo social existente no país, sendo as classes menos abastadas boa parte dos vitimados. Percebe-se, ainda, que as prerrogativas básicas do cargo de presidente da República, como decoro, atitudes responsáveis e posicionamentos em benefício da população, foram ignorados. Em um contexto tão complexo e repleto de incertezas como a pandemia, o que se viu foram inúmeras tentativas de relativização

da doença. Essa postura revela não apenas o despreparo de Bolsonaro, mas uma necropolítica, sobretudo quando seus discursos e sua falta de políticas efetivas expuseram ainda mais as populações em vulnerabilidade social.

Ao mobilizar valores tão fundamentais como a família e a moral — com apoio e influência de líderes religiosos de grande expressão —, o discurso bolsonarista cristalizou uma oposição entre *não cidadãos* e *cidadãos de bem*, dando autonomia a esses últimos para julgar quem tem o direito de viver ou não com a promoção de políticas públicas, comprometendo o princípio de universalização de direitos humanos.

**Gerson Pereira Minguta** é Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Política Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado e licenciado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

**Pedro Henrique Pereira Novoa** é Mestrando do PPDH/NEPP-DH/UFRJ e graduado em direito pela Universidade Cândido Mendes (Ucam), com especialização em direito militar e em direito pena e processual penal pela mesma universidade.

**Vitor Maurício dos Santos Matos** é Mestre pelo PPDH/NEPP-DH/UFRJ e graduado em educação física pela UFRJ, com especialização em musculação e treinamento de força pela mesma universidade.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós neoliberalismo: As Políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.
- AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, pp. 579-594, 2017.
- BARRETO FILHO, Herculano. Silas Malafaia diz que não vai fechar igreja por causa do coronavírus. **UOL**, Saúde, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/14/silas-malafaia-diz-que-nao-vai-fechar-igreja-por-causa-do-coronavirus.amp.htm>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- BARROCAL, André. Direita cristã é o novo ator e líder do neoconservadorismo no País: O movimento repete os EUA e cresceu como reação a temas tabus levantados na era PT, segundo livro recém-publicado. **Carta Capital**, Política, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/direita-crista-e-o-novo-ator-e-lider-do-neoconservadorismo-no-pais/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BÍBLIA, N.T. **Mateus**. In: *Bíblia Sagrada*. 3.ed. São Paulo: NVI, 2023.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília; São Paulo: UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Magali. Gênero, religião e cultura: um olhar sobre a investida neoconservadora dos evangélicos nas mídias no Brasil. In: SOUZA, Sandra Duarte. SANTOS, Naira Pinheiro SANTOS. **Estudos feministas e religião: tendências e debates**. Curitiba: Editora Prismas, 2014. pp. 101-126.

DINO, Flávio. Coronavírus e fascismo: patologias que desafiam o Brasil. **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. São Paulo: Canal 6, 2020. pp. 65-69.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. Rio de Janeiro: Vestígio, 2020.

DW. Evangélicos apoiam Bolsonaro e negam riscos do coronavírus: Muitos pastores apoiam discurso do presidente, que minimiza a pandemia de covid-19 e critica isolamento social. Várias igrejas seguem abertas, mas a maioria dos fiéis prefere ficar em casa. **DW**, Política, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/evangélicos-fazem-coro-com-bolsonaro-e-negam-riscos-do-coronavírus/a-53000050>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. Padres usam missas e redes sociais para apoiar Bolsonaro e Haddad: Posicionamento do clero católico é prática desestimulada pela Igreja. **Folha de S. Paulo**, Eleições 2018, 17 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/padres-usam-missas-e-redes-sociais-para-apoiar-bolsonaro-e-haddad.shtml>. Acesso em 22 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FUJITA, Gabriela. Bolsonaro atraiu evangélicos com batismo e conservadorismo, diz antropólogo. **UOL**, Política, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/10/bolsonaro-voto-evangelico.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GALETTI, Camila Carolina Hildebrand; INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. Narrativas neoconservadoras e políticas antidemocráticas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 229, pp. 275-279, 2021.

GHERMAN, Michel. Não judeus-judeus: a direita bolsonarista e os novos conversos. **Revista Rosa**, São Paulo, n. 3, vol. 2, 2020.

GIROTTI NETO, Ângelo. **A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, pp. 47-52, 2004.

Artigo *Article*

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 3**: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Caderno 13.

HAWKINS, Kirk A.; ROVIRA KATWASSER, Cristobal; ANDREADIS, Ioannis. The Actvation of Populist Attitudes. **Government and Oppostion**, v. 55, n. 2, pp. 283-307, 2020.

HAMEL, Marcio Renan. A interpretação do direito em sociedades multiculturais e o problema da equalização entre direito moral e política. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 102, 2014.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MACHADO, Leandro; FRANCO, Luiza. Eleições 2018: os valores e ‘boatos’ que conduzem evangélicos a Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, pp. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216126, 2021.

MONTERO, Maritza. Estratégias discursivas ideológicas. In: **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORATELLI, Valmir. Valdemiro Santiago culpa “Exu Corona” por não pagar aluguel de templos: Líder religioso soma ações de despejo pois não quitou locação de seus templos. **Veja**, Brasil, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/valdemiro-santiago-culpa-exu-corona-para-nao-pagar-aluguel-de-templos>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OLIVEIRA, Regiane. Batismo no rio Jordão, empresários e promessas vazias: como Bolsonaro construiu a imagem de “amigo de Israel”: O candidato enfatizou sua relação com empresários e políticos judeus para alavancar candidatura. Aproximação causou uma crise na comunidade judaica entre os defensores dos direitos humanos. **El País**, Brasil, Eleições 2018, 27 out. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/politica/1540319360\\_061442.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/23/politica/1540319360_061442.html). Acesso em: 14 ago. 2023.

ORTEGA, Pepita. Anistia Internacional aponta 32 violações de direitos humanos nos mil dias do governo Bolsonaro. **Estadão**, Blog do Fausto Macedo, 27 set. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/anistia-internacional-aponta-32-violacoes-de-direitos-humanos-nos-mil-dias-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996

REYNIÉ, Dominique. **Démocraties sous Tension**: une enquête planétaire. Paris: Galaxy, 2019.

SANTOS, Rita. "Cidadãos de bem" com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in)segurança e legítima defesa no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 96, pp. 133-164, 2012.

SEVERINO, Valdete Souto. Sobre a COVID-19 e as nossas escolhas. **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. São Paulo: Canal 6, 2020. pp. 219-225.

SILVA, Roberta; GONÇALVES, Leandro. As pílulas do Messias: salvação, negação e política de morte em tempos de pandemia. **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 30, n. 2, 2020.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

**Como citar:**

MINGUTA, Gerson Pereira; NOVOA, Pedro Henrique Pereira; MATOS, Vitor Maurício dos Santos. O avanço neoconservador e a religiosidade no Brasil: Um olhar sobre a ascensão de Bolsonaro e a relativização dos direitos humanos. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 5, n. 5.1, p. 92-108, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>